

VOA JUVENTUDE: EXPERIÊNCIAS DE PROTAGONISMO COM JOVENS CUMPRINDO MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO¹

Cinthy Rebecca Santos Melo², Fabrícia Lopes de Sousa², Hana de Castro Dourado Almeida², Larissa Alves de Oliveira², Mariana Pereira dos Santos Caldeira², Tâmara Ramalho de Sousa Amorim³

O presente trabalho é um relato da experiência de oficinas desenvolvidas com jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (MSE) em meio aberto no âmbito do projeto de extensão – Proext 2015, intitulado “Diálogos e Articulações em prol de uma Justiça Juvenil”. O objetivo foi contribuir com o desenvolvimento do protagonismo destes jovens. As oficinas foram desenvolvidas junto a dois Centros de Referências da Assistência Social (CREAS) na cidade de João Pessoa durante os meses de julho a dezembro de 2015 em reuniões quinzenais. Este trabalho se insere na perspectiva da defesa dos direitos de crianças e adolescentes, da Educação Popular, do empoderamento juvenil e da Psicologia Comunitária. O conceito de juventude pode ser desenvolvido por diferentes pontos de partida. Pensando na juventude como condição social, é importante tomar a ideia de juventude em seu plural – juventudes – devido à diversidade de situações existenciais que afetam os sujeitos. Quando um jovem se envolve com práticas de atos infracionais, ele é responsabilizado através da aplicação de MSE, entre elas a prestação de serviço à comunidade e a liberdade assistida, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). O protagonismo juvenil figura enquanto uma das diretrizes do SINASE no cumprimento das MSE; visa possibilitar aos jovens maior participação social, política e comunitária, mediante a conscientização de si como sujeitos de direitos ativos nos seus processos de vida. Nesse sentido, para desenvolver o protagonismo, no referido projeto, utilizamos como ferramenta metodológica as oficinas. Juntamente com os jovens os temas foram escolhidos para discussão, sendo algum deles: MSE, família, violência policial, direitos, trabalho infantil, exploração sexual e cursos profissionalizantes. Foram utilizados recursos como vídeos, músicas e desenhos. As oficinas permitiram um aprofundamento sobre as realidades cotidianas dos jovens. O espaço de diálogo criado permitiu a construção de vínculos de confiança e da aprendizagem coletiva, uma vez que nossa metodologia propõe não só a exposição de temas e dados, mas a discussão de vivências e problematização das questões apresentadas. Deparamo-nos com histórias de vida marcadas por violações de direitos, exclusão social e discriminação, que nos possibilitaram visualizar as trajetórias de vida desses jovens até o ato infracional e questionar sobre a garantia de direitos. Ante estas realidades, foram constantes as reflexões de como falar sobre direitos e participação social. O número pequeno de jovens disponíveis a participar das oficinas nos levou a refletir sobre suas realidades, nem sempre latentes, tais como a história de trabalho precoce, a falta de recursos para as passagens, a desmotivação, a distância da moradia para o CREAS e a falta de um vínculo com o serviço. Acreditamos que esse trabalho contribuiu para o desenvolvimento do

¹ Projeto PROEXT financiado pelo MEC/SESU

² Discentes do Curso de Graduação em Psicologia, bolsistas. E-mails: cinthyarebecca@gmail.com; fabricia.lids2012@gmail.com; hanadecastro_@hotmail.com; lari.alves.oli@gmail.com; mari_caldeirapsi@hotmail.com

³ Orientadora. Servidora Técnico-administrativa da UFPB; Discente de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB, Vice-coordenadora do Projeto, tamara.rsa@gmail.com

protagonismo dos jovens que participaram das atividades e discussões. Contribuiu também para nossa formação enquanto futuros psicólogos, aprendendo a trabalhar com dinâmicas de grupo, perceber a importância da contribuição de outras áreas como o Serviço Social, Direito e Pedagogia, bem como, a escuta ativa, que possibilita uma ação contextualizada diante das demandas trazidas pelos jovens.

Palavras-chave: ato infracional, justiça juvenil, responsabilização